



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 16, v. 3

out.2021-dez.2021

p. 82-96

Profissionais do sexo: um ensaio teórico

(Sex workers: a theoretical essay)

(Profesionales del sexo: un ensayo teórico)

Juliana Carvalho de Sousa¹

Hilderline Câmara de Oliveira²

Aline Francilurdes Nery do Vale³

RESUMO: No mundo atual, dentre tantas acepções, pode-se admitir que a prostituição está consolidada como trabalho, mesmo que de cunho informal. A história mostra que essa atividade persiste diante das adversidades enfrentadas, do preconceito e dos estigmas. O presente estudo objetiva contribuir para as discussões acerca da prostituição como profissão entre as mulheres. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa básica de caráter exploratório. Com este estudo, espera-se capturar a realidade, os conceitos e os fatores que rodeiam a vida dessas profissionais, cuja posição na sociedade é perpassada por severas polêmicas de aceitabilidade. Além disso, também espera-se apreender a existência ou não de precarização no ambiente laboral, buscando capturar um conhecimento epistemológico do fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: Profissionais do sexo. Ensaio teórico. Preconceitos.

Abstract: Among the multiple meanings attributed to prostitution, nowadays we may understand it as a consolidated as work, even if of informal nature. As shown by history, this activity persists in the face of adversity, prejudice, and stigma. This study aims to contribute to the discussions about prostitution as a profession among women. By means of an exploratory qualitative research, it is expected to capture the reality, concepts, and factors surrounding the lives of these professionals – whose social position implies numerous controversies of acceptability. It also intends to investigate the existence or not of precariousness in the work environment, thus grasping an epistemological knowledge of the phenomenon.

Keywords: Sex workers. Theoretical essay. Prejudices.

Resumen: En la actualidad, se puede admitir que la prostitución, entre tantos significados, se consolida como un trabajo, incluso de carácter informal. La historia demuestra que esta actividad ha persistido ante la adversidad, los prejuicios y el estigma. Este estudio tiene como objetivo contribuir a las discusiones sobre la prostitución como profesión entre las mujeres. Se caracteriza por ser una investigación cualitativa, de carácter exploratorio. Con este estudio se espera captar la realidad, los conceptos y los factores que envuelven la vida de estos profesionales cuya inmersión en la sociedad está permeada por severas polémicas de aceptabilidad; además de apreender la existencia o no de precariedad en el ambiente laboral, buscando captar un conocimiento epistemológico del fenómeno.

Palabras clave: Trabajadoras sexuales. Ensayo teórico. Prejuicios.

1 Doutora em administração, Universidade Potiguar (UNP). E-mail: juli.cs1009@gmail.com.

2 Doutora em ciências sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: hilderlinec@hotmail.com.

3 Mestranda em administração, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: alinefrancilurdes@hotmail.com.



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 20/10/2020

Aceito em 01/03/2021

1 Introdução

No decurso de anos, regras compulsórias permeavam a sociedade, delegando à mulher a função de reprodutora e do lar. (AZEREDO, 2019) Não se admitia que as mulheres exercessem plenamente sua sexualidade por causa de ordens impostas socialmente. As relações sexuais eram mantidas dentro de padrões tradicionais dentro dos lares, estando o sexo ligado à função reprodutiva. (OLOFINBIYI et al., 2019; TEWKSBURY; LAPSEY, 2017)

A prostituição é uma prática que envolve a associação da sexualidade com o trabalho, tendo em vista que o objeto de troca é o sexo em função do capital. (ABREU, 2014) Assim, a prostituição é encarada como um empreendimento comercial cujo objetivo é a obtenção de capital, sendo concebida como ato de ofertar o corpo em troca de dinheiro, uma relação de parâmetros globais ou locais, pertencentes ao “Mercado do Sexo” ou “*Sex Industry*”. (ABREU, 1998, 2017; OLOFINBIYI et al., 2019; STONE, 2019)

No Brasil, a prostituição iniciou-se com a colonização, à medida que o território era ocupado, eram comuns as relações sexuais entre colonos e indígenas. Nesse ínterim, com a chegada da família real no país, esse tipo de prática passou a ganhar mais representatividade, sendo encarada, a partir de então, como um “mal necessário”. (SILVA, 2019) Destaca-se que durante a Idade Média, as portadoras do prazer sexual sofreram desprezo e julgamentos, tendo esse estigma repercutido até hoje. (AQUINO; XIMENES; PINHEIRO, 2010) Em meados do século XIX, as prostitutas eram alvos de perseguições policiais que envolviam a moralidade feminina. Destarte, pode-se julgar a prostituição como uma forma de resistência, pois ao buscar seus próprios meios de sobrevivência, a mulher ocupa um espaço que antes era restrito aos homens.

Associado ao estigma, Foucault (1993) traz o conceito da moral, que pode ser compreendida e definida como uma união de regras e valores propostos para indivíduos ou grupos. É essa moral que, quando posta em sistematização com as atividades exercidas pelas prostitutas, induz ao preconceito generalizado contra a atividade exercida por elas.

Hoje, porém, após tantas acepções históricas de clandestinidade, pode-se admitir que a prostituição está consolidada como trabalho de cunho legal, sendo indexada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como prestadoras de serviço (BRASIL, 2010), representando um grande avanço para essa categoria. Dessa forma, na contemporaneidade, a profissão pode ser considerada um símbolo de autonomia sexual, mas que, todavia, não possui “[...] seus direitos trabalhistas reconhecidos perante a Justiça do Trabalho em virtude da natureza dos serviços prestados e em razão de um sentimento de moralidade existente”. (ABAL; SCHROEDER, 2017, p. 510)



Cabe ressaltar que o trabalho era visto apenas como um meio de sobrevivência e acúmulo de capital, contudo, hoje em dia ele se tornou um dos principais elementos da vida humana, podendo ser fonte de satisfação e realização para os trabalhadores perante a atividade que exercem. Destarte, busca-se observar os sentidos trazidos pelo trabalho, de forma que sejam encarados como fontes de prazer. (SILVA; CAPPELLE, 2015)

A história mostra que a prostituição persiste mesmo diante das adversidades e dos preconceitos enfrentados por quem se insere nesse mercado de trabalho. (SILVA, 2018 AYUSTE et al., 2016) Moura et al. (2010) e Garcia e Gillis (2018) destacam que as pessoas que atuam nessa profissão ainda padecem, sofrendo rejeição por grande parte da sociedade.

O prejulgamento e a hostilidade a essa profissão foram corroborados também pelo fato de que “[o] que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo”. (FOUCAULT, 1993, p. 36) Dessa forma, essa categoria de profissionais é vítima de críticas e de julgamentos que formam imagens depreciativas.

Dentre os principais motivos para aderir a essa profissão, pode-se aludir à dificuldade financeira, à situação de miséria da grande massa populacional, e à falta de oportunidade no mercado de trabalho, quase sempre motivada pela ausência de formação profissional. Por tais razões, essa categoria muitas vezes tem que desdobrar-se para cumprir a jornada de trabalho e garantir a sobrevivência. (AQUINO; XIMENES; PINHEIRO, 2010; RIBEIRO, 2010) Assim, prostituição e vulnerabilidade, seja de cunho físico, psicológico, econômico ou social, normalmente estão interligadas. (ZVEITER, 2017)

Nessa perspectiva, este ensaio teórico de cunho exploratório tem como objetivo realizar reflexões sobre a realidade e as vivências que permeiam as profissionais do sexo. Destaca-se o fato de que a prostituição tem sido objeto de diferentes debates por ser considerada como uma atividade promotora de pornografia, doenças, violência e promiscuidade. (GARCIA, GILLIS, 2018; OLIVEIRA, 2013) Desse modo, o presente estudo possibilita rever origens, conceitos e fatores que permeiam o entendimento sobre a realidade dessas profissionais; com isso, tem-se a finalidade de mudar a visão preconceituosa atrelada à prostituição e de reconhecê-la como profissão legalizada e instituída na sociedade.

Por fim, vale destacar que o estudo acerca do estigma sofrido pela prostituição vem ganhando respaldo em pesquisas (SANDERS, 2018), mas esse ainda é considerado um tema pouco debatido. (BLITHE; WOLFE, 2017; PEREIRA; PALHARES; SILVA, 2018) Podemos dizer, portanto, que existe uma lacuna teórica a ser preenchida no que se refere à prostituição como tema de pesquisa científica.



2 Método

Em relação ao procedimento metodológico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que consistiu no estudo de materiais já publicados em livros e revistas. Ressalta-se, além disso, que os artigos foram obtidos por meio de busca na base de dados Web Of Science (WoS) e na Base Scopus, pesquisando por palavras-chave. A obtenção da amostra foi realizada a partir da busca de termos definidos manifestos nos títulos dos artigos, resumos e palavras-chave. Feita a busca, determinaram-se os seguintes filtros: tipo de documento (article e review). Optou-se também por campos científicos ligados à administração.

Este estudo se trata de um ensaio teórico que tem como referencial de análise autores como: Foucault (1993), Ribeiro (2010), Cândido (2017), Moreira (2017), Silva (2018), dentre outros que fornecem pressupostos críticos de análise de conteúdo.

Foram avaliados no estudo elementos como: origem e contextualização histórica da prostituição, discussões sobre a regulamentação da prostituição em face do preconceito em relação à prática da prostituição como trabalho informal. Dentro dessas vertentes, foi possível indicar os principais conceitos e fatores que rodeiam a vida de prostitutas em face da descriminalização, limitações de direitos e melhor qualidade de vida. A estrutura desta pesquisa e as explicações para o questionamento proposto dão-se em função da compreensão dessas abordagens.

Vale mencionar que o presente ensaio teórico possui o julgamento dos autores, à medida que fazem a seleção da bibliografia a ser consultada e analisada. Além disso, destaca-se que o material levantado foi submetido ao método de leitura científica (CERVO; BERVIAN, 2002), fazendo o uso de visão sincrética, analítica, crítica, reflexiva e interpretativa.

3 Referencial teórico

Prostituição é “entregar-se à cópula sexual por dinheiro”. (PROSTITUIÇÃO, 2001, p. 2316) É fato que há um forte estigma que permeia o comércio do sexo, e este se concentra em quem vende tal serviço, não recaindo sobre quem consome. (SILVA, 2018) Portanto, a categoria das profissionais do sexo ainda é colocada à margem da sociedade.

[...] O maior preconceito é porque trabalhamos com sexo. Sexo é o grande problema, é o grande interdito das pessoas. E nós trabalhamos fundamentalmente, com fantasia sexual, esse é o verdadeiro motivo da existência da prostituição. É um campo imenso. (LEITE, 2009, p. 14)



Foucault (1993) destaca que o sexo sempre foi praticado, porém, apenas na modernidade ele se torna manifesto e cgnito. A sexualidade é praticada de forma distante nas sociedades e nos espaços temporais, permeando-se na linha tênue entre o sagrado e o  mpio.

Em sua maioria, as prostitutas se intitulam como domésticas ou donas de casa, não desvelando sua real profissão, a fim de evitar o preconceito social. (RIBEIRO, 2010)

Do ponto de vista histórico, sabe-se que a prostituição feminina é uma atividade que acompanha a humanidade desde suas antigas civilizações. Nas sociedades antigas, as prostitutas eram vistas como personagens nobres, pois a mulher era personificada como deusa e possuía controle sobre sua sexualidade. (SILVA; CAPPELLE, 2015)

Nas grandes cidades, a mulher continuou a ser encarada como deusa. A partir do surgimento das civilizações mesopotâmica e egípcia, emergem as prostitutas sagradas, conhecidas como sacerdotisas. (RIBEIRO, 2010) Na Grécia, surgem as *hierodules*, que eram mulheres que realizavam serviços sexuais, porém eram consideradas sagradas. As *hierodules* eram consideradas encarnações de Afrodite, deusa do amor. (ROBERTS, 1998) Além dessas, existiam ainda as *hetaire* (cortesãs de classe alta), as *aletriades* (dançarinas-prostitutas) e as *deiketriadess* (escravas sexuais). (RIBEIRO, 2017, p. 26)

O Cristianismo também influenciou a visão sobre a sexualidade, tendo o casamento como forma de proteção contra os pecados vindos da carne, sendo o ato sexual realizado com a função de procriação. (SANTOS, 2013) Roberts (1998, p. 30) afirmava que “qualquer mulher podia ser vilipendiada, uma vítima do reino do terror moral, se ousasse ter um amante, vestir-se como lhe aprouvesse, adorasse a deusa ou ganhasse sua própria vida sem depender dos homens [...]”. Assim, percebe-se o grande estigma sofrido pelas prostitutas protagonizado pela religião.

Dessa forma, considera-se que essas foram as primeiras prostitutas da história, além de serem vistas como sacralizadas e abençoadas. Além disso, destaca-se que essa visão perdurou por 25.000 anos. (AQUINO; XIMENES; PINHEIRO, 2010; SILVA, 2018; SILVA; CAPPELLE, 2015; SWAIN, 2004)

O surgimento da prostituição também está atrelado ao suprimento de necessidades e carência reprimidas, ligadas às fantasias sexuais das pessoas. O papel das prostitutas dentro desse cenário surgia como facilitadoras da realização de tais desejos masculinos, já que suas esposas, na antiguidade, não possuíam o direito de sentir prazer no ato sexual, sendo coibidas de realizar determinadas carícias. (REIS et al., 2014; RIBEIRO, 2010)

A Idade Média europeia traz a Igreja como ator ativo no processo de tentativa de eliminação da prostituição, contudo, não houve sucesso. (RIBEIRO, 2010) A Igreja atuava de modo repressor diante da sexualidade, coibindo atos como masturbação e vida sexual fora do



casamento. (SILVA; BRIGIDO, 2016) Ressalta-se que, dentro desse contexto, se destaca a figura do Santo Agostinho, teólogo e filósofo que lutava veemente contra a prostituição. (CÂNDIDO, 2017)

Com o advento do Renascimento, o apelo ao corpo tornou-se obra artística e movimento social. Contudo, ainda imperava a opressão à prostituição, levando-se em consideração as regras ditadas pela Igreja. (SILVA; BRIGIDO, 2016)

Elucida-se que, durante a Revolução Industrial, houve um aumento da prostituição na Europa, causado pela imigração da população que sofria de extrema pobreza e mistifório, devido ao agrupamento urbano. (AQUINO; XIMENES; PINHEIRO, 2010) Dentro da vivência desse panorama, surgem os movimentos feministas (RODRIGUES, 2009), buscando os direitos das mulheres, entre eles, o de experimentar o sexo como um ser biológico. Nesse contexto, pode-se definir a prostituição como a comercialização do corpo, da prática sexual, em troca de capital. (AQUINO; XIMENES; PINHEIRO, 2010; BENOIT et al., 2018)

Considerando o surgimento da aids, os médicos do século XX passaram a incluir a prostituição como pertencente aos grupos de risco de transmissão. (GOMES; MINAYO; FONTOURA, 1999; OLOFINBIYI, 2019; YOUSEF; TINGZHONG, 2019) Moura et al. (2010) explicam que o risco de contrair doenças dá-se pelo fato da exposição diária a clientes com históricos sexuais desconhecidos. Diante disso, as prostitutas integram um conjunto de profissionais que necessitam de educação sexual elucidativa, a fim de gerar práticas sexuais seguras. Além disso, há, em alguns casos, o consumo de drogas pelas prostitutas, considerada como prática colaboradora para possibilitar perfazer longas jornadas ativas, além de aumentar a vulnerabilidade pela não imposição do uso de preservativos. (RIBEIRO, 2010)

Além do ângulo da saúde, as prostitutas podem viver situações de risco no que concerne à violência. O tipo de ambiente no qual elas atuam as tornam vulneráveis, podendo haver agressão fortuita dos clientes, da polícia e da sociedade. Podem sofrer violências físicas (abusos sexuais, tráfico de mulheres, estupros, roubos) e psicológicas (insultos, xingamentos). (FARLEY, 2017; MOREIRA; MONTEIRO, 2012; RIBEIRO, 2010)

Meneghel et al. (2013) destacam que as prostitutas apresentam um risco sessenta vezes maior de sofrer assassinatos quando comparado a outras mulheres que não fazem parte dessa categoria. Contudo, devido ao preconceito, é concebida pouca credibilidade para as testemunhas. Destaca-se ainda, segundo os autores, que a maioria dos assassinos são os próprios clientes, tratando-as como mercadoria, submissas, e podendo inclusive matá-las.



Moreira e Monteiro (2012) frisam que uma pesquisa realizada com prostitutas em Leeds, na Inglaterra, revelou que 30% das mulheres já foram chutadas por clientes, 11% já foram estupradas e 22% já sofreram tentativas de estupros.

Oliveira (2008) salienta que houve um importante marco para a prostituição no dia 2 de junho de 1975, quando foi proclamado o início da organização política das prostitutas. Esse movimento ocorreu quando 150 prostitutas invadiram a Igreja de Saint-Nizier, em Lyon, na França, e se mostraram contra prisões e assassinatos de colegas que não foram investigados. Durante tal movimento, 200 prostitutas espalharam-se pelas ruas realizando denúncias de perseguição policial. No Brasil, o movimento é marcado pelo I Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987, criando a Rede Brasileira de Prostitutas, objetivando o reconhecimento legal da profissão.

A Rede Brasileira de Prostitutas possui grupos espalhados no Sul, Sudeste e Nordeste, e promove movimentos com o intuito de buscar a identidade profissional, exercício de cidadania, redução da discriminação e melhora da qualidade de vida. (FIGUEIREDO; PEIXOTO, 2010) Com base nisso, a organização acentua o projeto de Lei Federal nº 98/2003 que:

Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste; e pela constitucionalidade, juridicidade, falta de técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do de nº 2.169/03, apensado (relator: DEP. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO). (BRASIL, 2003, p. 1)

Destaca-se também a existência da Federação Nacional de Trabalhadoras do Sexo (FNTS) que se encontra situada nas regiões Norte e Nordeste. Essa federação levanta lutas contra a exploração sexual, e a favor da garantia de direitos e de cidadania para as prostitutas.

De início, o predomínio era de mulheres estrangeiras, contudo, com o passar do tempo, mulheres brasileiras de diversos locais do país começaram a fazer parte do ofício. (OLIVEIRA, 2008) Barreto, Grossi e Mayorga (2013) informam que o movimento de prostitutas no Brasil iniciou-se em São Paulo, em 1979, a partir de políticas de enfrentamento a epidemias que poderiam afetar as prostitutas. Destaca-se que surgiram alguns projetos e campanhas de prevenção que contavam com a parceria de Organizações Não Governamentais (ONG) como a organização “Maria sem Vergonha”.

Em 1992, surge a ONG “Davida” no Rio de Janeiro, que tem como representante Gabriela Leite, célebre por sua luta em prol da categoria das prostitutas. Entre os feitos da ONG, emergiu a grife Daspu, que criava e reproduzia a moda das prostitutas. (SILVA; CAPPELLE, 2015) Além disso, em 2012, “a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados recebeu o Projeto de Lei nº 4.211/2012, do deputado Jean Wyllys (PSol-RJ)”. (ABREU, 2014, p.



20) Tal projeto visa regulamentar a profissão e ainda aguarda julgamento pela comissão responsável. Segundo o deputado, essa lei não incentiva a prostituição, apenas traz a ideia de direito e deveres para quem a exerce. (BRASIL, 2012)

Cabe mencionar a obra de Ercília Nogueira Cobra, de 1996, *Virgindade inútil*, na qual aborda a figura da mulher sendo subjugada pelo patriarcado, com exigências de matrimônio e maternidade, e em que a virgindade configuraria a honra da mulher. A obra defende o livre arbítrio feminino para a maternidade, além de defender a independência financeira da mulher. Em síntese, o romance trata de uma transgressão que vai de encontro com os preceitos patriarcais. (MOREIRA, 2017)

As profissionais do sexo estão ganhando espaço na mídia e adquirindo espaço no mundo dos meios de comunicação. Cândido (2017) destaca um romance chamado *Lucíola*, escrito por José de Alencar em 1862, no qual ressalta o papel da prostituta dentro da literatura brasileira. Podemos citar ainda o romance *Gabriela, cravo e canela*, escrito por Jorge Amado e publicado em 1958. Ademais, tem-se as teledramaturgias que evocavam tais figuras sexuais como Roque Santeiro (1985) trazendo a figura da Boate Sexus; e Tieta (1989), que representava a famosa Casa da Luz Vermelha.

No âmbito editorial, destaca-se o lançamento de autobiografias de prostitutas, como *O Doce Veneno do Escorpião*, escrito por Bruna Surfistinha em 2005, e *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*, autobiografia de Gabriela Leite em 2009. Alguns desses livros possuem seções “didáticas” transmitindo o saber sobre as práticas executadas na profissão. (PISCITELLI; ASSIS; OLIVAR, 2011)

No Brasil, a prostituição está ligada ao termo programa, significando acordos sexuais em troca de dinheiro. O sexo acontece por meio de tempo delimitado, podendo ter diferentes modalidades; dessa forma, os valores são variáveis, assim como o local em que ocorrerá. Os programas podem ocorrer em apartamentos, bordéis, entre outros locais previamente acordados. (PISCITELLI; ASSIS; OLIVAR, 2011)

Dentre diversas figuras, destacam-se a prostituição como agente da atividade e o proxeneta, que se trata do indivíduo que obtém benefício com a prostituição, exercendo algum controle sobre quem irá prostituir-se. Por fim, tem-se o cliente, aquele que paga pelos serviços sexuais. (ZVEITER, 2017)

Acerca dos motivos que fazem as profissionais do sexo manterem-se na profissão, podemos citar a falta de oportunidades e a baixa renda, diante disso, a prostituição surge como uma atividade rentável e lucrável. Não obstante, ressalta-se que a prostituição para algumas mulheres é encarada como uma estratégia efêmera e transitória. (RIBEIRO, 2010)



Cabe destacar a ideia do “corpo vitrine”, ou seja, o corpo como mercadoria, no qual há uma exigência de que as prostitutas estejam com boa aparência a fim de atender o desejo de seus clientes. Podendo tais fatos serem considerados ainda como marketing e propaganda aos olhos de possíveis clientes que porventura podem se sentir atraídos e induzidos ao “consumo” do serviço. (SANTOS, 2013)

3.1 Prostituição: uma profissão legal?

Destaca-se que, no Brasil, a regulamentação da prostituição ocorreu por um projeto, em 1997, do deputado Wigberto Tartuce, pertencente ao Partido Progressista Brasileiro. Contudo, o ato não logrou êxito. (ZVEITER, 2017) Novamente, em 2014 estabelece-se uma nova tentativa com o deputado Eduardo Valverde, do Partido dos Trabalhadores.

A prostituição no Brasil pode ser encarada mediante dois eixos. O primeiro consiste em entender o fenômeno como semicriminoso. Nessa perspectiva, a prostituição perpassa pela ordem pública, sendo fiscalizada pelas autoridades instituídas do Estado. O segundo eixo diz respeito aos valores morais. A Igreja traz a mulher prostituta como pecadora e outros autores moralistas situam a mulher como ser vulnerável e escravizado. (ABREU, 2017) A construção da disseminação do preconceito vinculado à prostituição decorre de fatos históricos, como quando a sociedade responsabilizou as prostitutas pela disseminação de doenças. O ponto comum entre essas abordagens é que ambos veem a prostituta como executoras de uma atividade infame. (CARVALHO; PICCININI, 2008; RIBEIRO, 2010; SILVA; BLANCHETTE, 2017)

Para Rossiaud (1991), em meio a esse contexto envolto de preconceito, prega-se o casamento como uma disciplina para as mulheres, evitando-se a desordem, sendo o adultério feminino considerado um crime público.

Sob a ótica laboral, a falta de direitos trabalhistas das prostitutas é considerada uma afronta aos direitos básicos do trabalho, não sendo encarado como uma profissão legítima. (ZVEITER, 2017)

Tangerina (2017) destaca que, na literatura mundial, a prostituição foi encarada a partir de três ângulos, fundamentados como formas de se ver a prostituição e de se agir diante dela. O primeiro núcleo é chamado de proibicionista e fundamenta práticas que visam eliminar a prostituição, considerando-a como crime, violência e exploração, atividade ilegal, resultando, em muitos casos, em prisão. Essa abordagem é adotada por países como: Armênia, Azerbaijão, Croácia, e a maior parte dos Estados Unidos.

O segundo núcleo é o abolicionista, que considera a prostituição como um mal necessário, não obstante, devendo ser controlada e higienizada, sendo uma atividade legal,



porém, não regulamentada, à medida que os cafetões, ou seja, os donos das casas noturnas, responsáveis pelo incitamento da prostituição, são punidos. Essa é a política adotada no Brasil, como também em países como: Inglaterra, Islândia, Irlanda do Norte e partes da República da Irlanda, bem como na França. O Brasil adota esse sistema desde 1942, quando entrou em vigor o Código Penal. O terceiro núcleo, por fim, é o regulacionista, que encara a prostituta como uma trabalhadora, e que busca por melhores condições de trabalho para ela, além de considerar a necessidade de que a profissão seja legal e regulamentada, com carteira assinada, férias, décimo terceiro, entre outros. Porém, o tráfico e o proxenetismo continuam criminalizados. Alguns países que adotam essa legislação são: Alemanha, Holanda, Áustria, Grécia, partes do Canadá e Austrália. (TANGERINA, 2017)

Além das três ideologias bases mencionadas acima, tem-se ainda o neoabolicionismo, também conhecido como modelo Nórdico, o qual possui como característica básica a penalização daquele que paga pelo ato sexual, criminalizando, portanto, clientes e proxenetes. Destaca-se que recentemente tal modelo foi adotado pela França. (NUCCI, 2014)

O Código Penal brasileiro (capítulo 5, artigos 227 a 231) diz que a prostituição, quando executada por maiores de 18 anos, não é considerada crime. Caracteriza-se dentro do eixo da criminalidade somente sua exploração ou lenocínio. (PISCITELLI; ASSIS; OLIVAR, 2011) Oliveira (2008) destaca que desde 2002 o Ministério do Trabalho legitima a prostituição como uma atividade de cunho profissional e legal, descrita na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 5198-05, ocupando o grupo 5, e sendo descrita como “profissionais do sexo” (RIBEIRO, 2017), e como a categoria que “buscam programas sexuais, atendem e acompanham clientes”. (BRASIL, 2010, p. 810) Essa profissionalização ajuda a amenizar o mal-estar frente à prostituição, dando ênfase ao fato de que o ato sexual pode ser mediado pelo prazer e pelo dinheiro, tornando tal ação menos indigesta. (RIBEIRO, 2010; RODRIGUES, 2009) Além disso, a CBO prega que a prostituição possui:

- a) Condições gerais de exercício: trabalham por conta própria, na rua, em bares, boates, hotéis, rodovias e em garimpos, atuam em ambientes a céu aberto, fechados e em veículos, horários irregulares. No exercício de algumas das atividades, podem estar expostas à inalação de gases de veículos, a poluição sonora e a discriminação social. Há ainda dicas de contágios de DST e maus-tratos, violência de rua e morte.
- b) Formação e experiência para o exercício profissional: requer-se que os trabalhadores participem de oficinas sobre o sexo seguro, oferecidas pelas associações da categoria. Outros cursos complementares de formação profissional, como, por exemplo, curso de beleza, de cuidados pessoais, de planejamento de orçamento, bem como cursos profissionalizantes para rendimentos alternativos, também são oferecidos pelas associações, em diversos estados. O acesso à profissão é livre aos maiores de dezoito anos; a escolaridade média está na figura de quarta a sétima séries do ensino fundamental. O pleno desenvolvimento das atividades ocorre após dois anos de experiência. (BRASIL, 2002)



Vale ressaltar que o Ministério do Trabalho elaborou um documento que fornece informações sobre orientações sexuais e que foi direcionado às prostitutas a fim de manter sua saúde e segurança. (TANGERINA, 2017) Ademais, no projeto de Lei nº 4.211/2012 há indicações para que haja uma aposentadoria especial, tendo em vista a carreira curta dessas profissionais, enquadrada dentro de 25 anos de atuação.

Além disso, destaca-se que as prostitutas podem contribuir com a previdência social, recolhendo 11% do salário mínimo, cedendo-lhes acesso aos benefícios trabalhistas. Contudo, para ter acesso ao auxílio-doença, sua contribuição deverá ser 20%, dando-lhes direito a todas as questões legais advindas da previdência. (ZVEITER, 2017)

4 Considerações finais

Dentro desse contexto, sob o enfoque social, a aplicação e a escolha desta pesquisa sobre as profissionais do sexo podem significar um sentimento de magnitude e significância social para as investigadas, à medida que estas foram escolhidas para compor um locus empírico de uma pesquisa acadêmica.

Ainda sob o ponto de vista social, tendo-se por base que a prostituição é uma atividade estigmatizada e ainda marginalizada pela sociedade, destacamos que ela está imersa em uma grande polêmica de aceitabilidade. Tal controvérsia cria espaço para a manutenção de um estigma a ser vivenciado por essas profissionais. Além disso, consideramos que este estudo traz espaço para vozes que estão sendo negligenciadas.

Diante dos fatos abordados neste estudo, percebe-se que o contexto histórico aponta para a atividade da prostituição como um fenômeno atemporal que está ligado a diversos fatores, mas especificamente à necessidade financeira, sendo a prostituição um meio de sobrevivência.

No que tange aos aspectos gerenciais, pesquisar sobre a prostituição, visto que essa atividade se relaciona com organizações informais como bordéis, pode permear possibilidades de melhorias para a categoria. Sobretudo se essa pesquisa ocorrer por meio de incursões empíricas, tendo em vista que a realidade desvelada na pesquisa pode trazer contribuições como o aumento da competitividade e sustentabilidade da organização. Portanto, vale a pena ressaltar a magnitude humana, também instrumento de trabalho no referido caso, merecendo reconhecimento, atenção e investimentos que ativem positivamente seus aspectos físicos e mentais.

Acrescenta-se que foi abordada a necessidade da discussão sobre a legalização da profissão, uma vez que o Estado não garante segurança jurídica para as mulheres que trabalham com o sexo, limitando assim o seu acesso a condições mais dignas de trabalho e tornando



precários os seus direitos. Para tanto, é necessário o reconhecimento de tais condições de trabalho, a fim de dar visibilidade a essas profissionais.

Como sugestão para trabalhos futuros, indica-se a ampliação da pesquisa e uma investigação de modo mais profundo da temática, focalizando outros contextos organizacionais, novas questões relacionadas ao tema abordado e a exploração de ângulos complementares.

Referências

ABAL, F. C.; SCHROEDER, P. S. Prostituição, estigma e marginalização: o reconhecimento do vínculo de emprego das profissionais do sexo. *Espaço Jurídico Journal of Law*, Joaçaba, v. 18, n. 2, p. 509-524, 2017.

ABREU, M. L. M. La prostitución: el “pecado” de las mujeres: prostitution: the “sin” of women. *Cuadernos Electrónicos de Filosofía del Derecho*, Valencia, n. 35, p. 64-89, 2017.

ABREU, V. B. S. *Entre o marginal e o laboral: o trabalho de garotos de programa da cidade de Fortaleza*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

ABREU, W. *O submundo da prostituição: vadiagem e jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

AQUINO P. S.; XIMENES, L. B.; PINHEIRO, A. K. B. Políticas públicas de saúde voltadas à atenção à prostituta: breve resgate histórico. *Enfermagem em Foco*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 18-22, 2010.

AYUSTE, A. et al. Social work and prostitution: an approach to educational practices. *European Journal of Social Work*, Abingdon, v. 19, n. 2, p. 204-218, 2016.

AZEREDO, V. P. O.; AZEREDO, I. O. C.; BRANDÃO, M. L. S. Ângela Davis: dor e opressão da mulher em suas resistências e lutas históricas. *Revista Debates Insubmissos*, Caruaru, v. 2, n. 7, p. 46-66, 2019.

BARRETO, L. C.; GROSSI, M. P.; MAYORGA, C. A. Pensando a prostituição, a pesquisa e a militância. In: SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3., 2013, Salvador. *Anais [...]* Salvador: Uneb, 2013. p. 1-11.

BENOIT, C. et al. The Prostitution Problem: claims, evidence, and policy outcomes. *Archives of Sexual Behavior*, New York, v. 48, n. 7, p. 1905-1923, 2018.

BLITHE, S. J.; WOLFE, A. W. Work-life management in legal prostitution: stigma and lockdown in Nevada’s brothels. *Human Relations*, College Station, v. 70, n. 6, p. 725-750, 2017.



BRASIL. *Classificação brasileira de ocupações*. 3. ed. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3GJzGUe>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BRASIL. Portaria nº 397, de 9 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 74, 10 out. 2002.

BRASIL, *Projeto de Lei nº 98-A, de 2003*. Brasília, DF: Câmara Federal, 2003.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 4.211 de 2012*. Brasília, DF: Câmara Federal, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3GHTEyH>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CÂNDIDO, D. S. *Prostituição e erotismo na cidade escrita de João Antônio*. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

CARVALHO, F. T.; PICCININI, C. A. Aspectos históricos do feminino e do maternal e a infecção pelo HIV em mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 6, p. 1889-1898, 2008.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FARLEY, M. Risks of prostitution: when the person is the product. *Journal of the Association for Consumer Research*, v. 3, n.1, 2017.

FIGUEIREDO, R.; PEIXOTO, M. Profissionais do sexo e vulnerabilidade. *BIS: Boletim do Instituto de Saúde*, São Paulo, v. 12, n. 2, 2010.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GARCIA, M. R.; GILLIS, K. Morality politics and prostitution policy in Brussels: a diachronic comparison. *Sexuality Research and Social Policy*, New York, v. 15, p. 259-270, 2018.

GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.; FONTOURA, H. A. A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 2-9, 1999.

LEITE, G. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MENEGHEL, S. N. et al. Femicide: narratives of gender crimes. *Interface*, Botucatu, v. 17, n. 46, p. 523-33, 2013.

MOREIRA, G. R. *Maternidade e representações femininas em Lutas do coração, de Inês Sabino, Virgindade inútil, de Ercília Nogueira Cobra, e O quinze, de Rachel de Queiroz*. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.



MOREIRA, I. C. C. C.; MONTEIRO; C. F. S. A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 20, n. 5, 2012.

MOURA, A. D. A. *et al.* O comportamento de prostitutas em tempos de aids e outras doenças sexualmente transmissíveis: como estão se prevenindo? *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 545-53, 2010.

NUCCI, G. S. *Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas: aspectos constitucionais e penais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

OLIVEIRA, A. Prostituição feminina, feminismos e diversidade de trajetórias. *Ex Aequo*, Lisboa, n. 28, p. 17-30, 2013.

OLIVEIRA, M. Q. *Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte: o trabalho da vida nada fácil*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

OLOFINBIYI, S. A. *et al.* Social dimension of risk behaviours among adolescent prostitutes: insight from South-Western Nigeria. *Cogent Social Sciences*, Abingdon, v. 5, 2019.

PEREIRA, J. R., PALHARES, J. V.; SILVA, A. G. C. Entre o sagrado e o profano: identidades, paradoxos e ambivalências de prostitutas evangélicas do baixo meretrício de Belo Horizonte. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 42., 2018, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Universidade Positivo, 2018.

PISCITELLI, A.; ASSIS, G. O. A.; OLIVAR, J. M. N. (org.) *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Unicamp: Pagu, 2011.

PROSTITUIÇÃO. *In: HOUAISS, A.; VILLAR, M. Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

REIS, T. G. O. *et al.* Health education with prostitutes: an experience to couple of education. *Revista de Enfermagem da UFPI*, Teresina, v. 3, n. 3, p. 46-52, 2014.

RIBEIRO, N. C. *O trabalho das prostitutas que residem em casas noturnas: uma perspectiva psicodinâmica*. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

RIBEIRO, P. G. C. *E aquela que costura para fora?!: proposta de glossário para a tabuização e processo de formação de palavras para prostituta, no maranhão*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

ROBERTS, N. *As prostitutas na história*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

RODRIGUES, M. T. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? *Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76, 2009.



ROSSIAUD, J. *A prostituição na Idade Média*. Tradução de Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANDERS, T. Unpacking the process of destigmatization of sex work/ers: response to Weitzer ‘Resistance to sex work stigma’. *Sexualities*, Thousand Oaks, v. 21, p. 736-739, 2018.

SANTOS, M. L. *Da batalha na calçada ao circuito do prazer: um estudo sobre prostituição masculina no centro de Fortaleza*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, A. A. *Experiências urbanas de mulheres profissionais do sexo*. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SILVA, A. P.; BLANCHETTE, T. G. Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano. In: DIÁLOGO LATINO-AMERICANO SOBRE SEXUALIDADE E GEOPOLÍTICA, 2009, Rio de Janeiro. *Papers* [...]. Rio de Janeiro: SPW, 2009. p. 147-199. Disponível em: <https://bit.ly/3bvkpIi>. Acesso em: 27 set. 2017.

SILVA, F. B.; BRIGIDO, E. A sexualidade na perspectiva freudiana. *Revista Contemplação*, Porto Alegre, v. 13. p. 125-138, 2016.

SILVA, G. N. *Prostituição, corpo e análise do discurso: a vida e mundo das prostitutas de luxo*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2018.

SILVA, K. A. T.; CAPPELLE, M. C. A. Sentidos do trabalho apreendidos por meio de fatos marcantes na trajetória de mulheres prostitutas. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 16. n. 6, 2015.

STONE, M. M. “If he looks clean...”: condom use decisions in prostitution. *Deviant Behavior*, Abington, v. 41, n. 6, p. 718-732, 2019.

SWAIN, T. N. Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. *Unimontes Científica*, Montes Claros, v. 6, n. 2, 2004.

TANGERINA, R. S. *Por dentro da “batalha”*: espacialidades e relações socioterritoriais da prostituição de rua no centro de Curitiba (PR). 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

TEWKSBURY, R. A.; LAPSEY, D. Male escorts’ construction of the boyfriend experience: how escorts please their clients. *International Journal of Sexual Health*, Abington, v. 29, n. 2, p. 292-302, 2017.

YANG, X. Y.; TINGZHONG, Y. Nativity homogeneity in social networks and prostitution patronage among male migrant laborers. *AIDS and Behavior*, New York, v. 23, p. 1339-1351, 2019.

ZVEITER, A. *A regulamentação profissional da prostituição*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais) – Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

